

## **Filosofia e linguagem: as primeiras palavras e o conhecimento linguístico contemporâneo**

Marília Ana de Moura Aguiar\*

### **Resumo**

Este trabalho constitui uma reflexão sobre diferentes estágios do desenvolvimento dos estudos da linguagem para uma melhor compreensão de concepções e teorias contemporâneas. Para a linguística, os estudos dos antigos, gregos e romanos, particularmente, não poderiam ser desvinculados dos trabalhos filosóficos, cujas discussões constituem a base para a compreensão do seu desenvolvimento. Assim, é nos sofistas, com seus estudos sobre a existência de outros dialetos e a discussão da nomeação das coisas; em Platão, com suas considerações sobre *logos*, *onoma* e *rhema*; em Aristóteles, no tratamento dado ao estudo dos níveis de estudo da linguagem e na distinção entre palavras isoladas e em construções de sentenças e a concepção das partículas de ligação, *syndesmos*, e o estudo dos casos, *ptosis*, com base em princípios da lógica; e nos Estóicos, que contribuíram para um avanço nas distinções entre o estudo lógico e o estudo gramatical da linguagem, que se tem uma maior precisão na terminologia técnica no estudo da linguagem e no aprofundamento dos estudos etimológicos, de grande contribuição aos estudos históricos e variacionistas da linguagem, na compreensão das variações dialetais e na explicação dos fenômenos na aquisição de linguagem.

**Palavras-chave:** filosofia; linguagem; ciência linguística.

### **Philosophy and Language: the first (pronounced) words and the contemporaneous linguistic knowledge**

### **Abstract**

This Work constitutes a reflection regarding to the language studies development toward contemporaneous conceptions and theories better understanding concerning the linguistics. The acients, i.e. greeks and romans , particularly, could not be disentailed from philosophy works which discussions of constitute the basis for understanding concerning their development. In this way, thus, it is through the sophists, with their studies about other dialects existence and things nomination discussion; in, Plato, through his considerations on concerning the *logos*, *onoma* and *rhema*; in Aristotle, through the handling afforded to the analysis of the language study levels and through the distinction among isolated words and sentences constructions and connection particles, *syndesmos*, and cases study, *ptosis*, founded in logic's principles; and in the Stoics, that have contributed for an advance in the distinctions between logical study and the grammatical one regarding to

language, it is, then departing from the above-mentioned philosophers and their doctrine that one gets a greater concision concerning the technical terminology at language study and in the etymological studies deepening that present a great contribution to language historical and variational studies, in the dialectical understanding and in the phenomena explication in language acquisition.

**Key words:** philosophy; language; linguistic science.

## Introdução

Falar em Filosofia, Linguagem e/ou Filosofia da Linguagem é retomar as antigas, muito embora, ainda atuais, discussões sobre estar no mundo e relacionar-se com o mundo, representando-o. Daí, entre os antigos, conceber-se a linguagem como a representação do pensamento, este moldado em função daquela.

Na tradição filosófica, a discussão sobre a linguagem já estava inserida em questões de natureza variada, constituindo-se, muitas vezes, o ponto de partida para a construção de uma metafísica ou teoria do conhecimento. A relação linguagem-mundo constituía, assim, um todo indissociável. É a fase mítica desses estudos. Numa visão ontológica, Heráclito defende que a linguagem reflete o mundo. Parmênides, por sua vez, chama a atenção para o fato de que a multiplicidade de palavras não reproduz a multiplicidade de objetos, e, portanto, a linguagem é diferente da realidade. A expressão de uma palavra seria um momento subjetivo da realidade. Enquanto Parmênides defende a imobilidade, para Heráclito, tudo está em movimento e, com isso, em oposição, princípio retomado por Saussure em sua teoria do signo (DINNEEN, 1967; SAUSSURE, 1966).

Não é à toa, portanto, que, no estudo das teorias modernas, tem sido despertada, entre os estudiosos da linguística, a curiosidade de recorrer aos trabalhos dos antigos para melhor entender as descobertas mais recentes. Para Robins (1976, p. 5), “a ciência linguística hoje, assim como outras partes do conhecimento e da aprendizagem, e como todos os aspectos da cultura humana, é o produto do seu passado e a matriz de seu futuro”. Conhecendo as teorias do passado, podemos evitar erros futuros e dar consistência a novas teorias.

## Desenvolvimento

Costuma-se situar como ponto de partida dos estudos linguísticos as descobertas oriundas da Grécia Antiga. Cada teoria possui seus méritos próprios e suas descobertas particulares e, no curso da história, cada uma presta auxílio a outras que possam surgir. Assim é que os estudos linguísticos europeus acolheram os *insights* dos gregos antigos e dos hindus na gramática e, particularmente, na fonologia do sânscrito.

A linguística, enquanto ciência autônoma, praticamente não existia até o final do Sec. XIX. O estudo da linguagem, dessa forma, constituía domínio da Filosofia, que se propunha distinguir elementos da linguagem segundo critérios lógicos.

As primeiras discussões em torno da linguagem, portanto, surgem a partir de especulações sobre a relação entre o homem e o mundo e a necessidade de nomear as coisas que ali estão para melhor conhecê-las. A primeira função da linguagem vem a ser a referencial, numa possível tentativa de ordenamento do caos, surgida da necessidade de se fazer referência às coisas que estão no mundo. Antes de Sócrates, os pré-socráticos, os sofistas já procuravam entender a relação entre o nome e o objeto ao qual o nome se refere. Foram eles que forneceram as bases para o vocabulário técnico da Retórica, cujos termos ainda permanecem até hoje (DINNEEN, 1967).

As discussões voltam-se, assim, para a natureza do objeto e o nome a ele atribuído. Diversas tendências teóricas foram desenvolvidas e metodologias adotadas. Entre os pré-socráticos, existia a preocupação em instrumentalizar o homem para fazer conquistas, impressionar o outro. A linguagem estaria em função da legislação, da política, segundo eles, atributo de sábios. Aos sofistas, era atribuída a condição de sábios, assim denominados por serem consideradas pessoas que se diziam preparadas para esse tipo de ação. Sócrates, em suas discussões sobre a linguagem, afirmava que os sofistas, na realidade, não possuindo um conhecimento consistente das coisas, usavam a linguagem para impressionar, sem conhecimento da *coisa/objeto*. Desenvolviam, com isso, uma *falsa aparência do saber* (DINNEEN, 1967)

Vê-se, com isso, que os estudos da linguagem, mesmo aqueles mais remotos, sempre se voltaram para o uso da linguagem. Desde o séc. V a.C, vários estudos tratam sobre questões relativas ao desenvolvimento da linguagem e seu funcionamento. A preocupação sempre foi ver como uma determinada língua funciona. De lá pra cá, tudo que já foi feito no campo da linguagem e os avanços que já se conseguiram partem dessas primeiras discussões. Os estudos dos hindus, somente conhecidos no ocidente mais recentemente, remontam a quatro mil anos a.C., e já trazem uma discussão tanto sobre pronúncia e descrição de sons, de sons e palavras e de como as palavras devem ser pronunciadas, como as especulações em torno da significação na linguagem em sua relação com a nomeação dos objetos.

A discussão principal estava sempre em se os objetos recebem nomes pela sua própria natureza ou se os nomes são fruto de acordo entre os homens. Pode-se dizer que, na Filosofia, essa é a primeira discussão no campo da linguagem. São concepções colocadas em termos de teorias e formas de ver o objeto e de uma metodologia de observação. Conta-se que Sócrates, por exemplo, costumava sair à rua perguntando às pessoas o significado de uma palavra para saber em que as pessoas se baseavam para nomear um determinado objeto, para investigar como um mesmo objeto recebe um mesmo nome por diferentes pessoas. A preocupação era conhecer como é que os objetos recebem nomes e como é que a linguagem vai organizando-se e todos falam sobre a mesma coisa, ou, em outras palavras, como é que o homem representa o mundo (DINNEEN, 1967).

Este é o princípio do *onoma* (nome, palavra, expressão), e a primeira preocupação em termos de conhecimento sobre a linguagem. Depois, vem o questionamento: esse nome seria dado naturalmente (*physei*), ou seja, pela observação da natureza do objeto, a essência, ou os nomes seriam colocados através de convenção (*thesei*), e não haveria nenhuma relação entre o nome e a coisa, sendo, portanto, arbitrário?

Em *O Crátilo*, Platão traz essa discussão e, pela boca de Sócrates, dialoga sobre a relação nome-objeto. No diálogo, colocam-se, de um lado, Crátilo, defendendo a *physei*, e, de outro, Hermógenes, na defesa da *thesei*. Sócrates assume a posição de Crátilo, que defen-

de que os nomes são estabelecidos por uma relação com a natureza (*physei*), contra aquela defendida por Heráclito e assumida por Hermógenes, a da convenção (*thesei*). Hermógenes inicia a discussão questionando a correlação natural entre os nomes e as coisas, posição assumida por Crátilo, e defende que as coisas têm nome por convenção, tradição, costume e uso (DINNEEN, 1967).

Para Sócrates, assim como existem palavras com fonemas cuja natureza composicional sugere uma relação com a natureza do objeto, existem outras que são formadas a partir da relação com formas já presentes no sistema. As palavras lago, lagoa, rio e riacho, por exemplo, por conterem, em sua composição, o som dos fonemas /l/ e /r/, estariam associadas à ideia de fluidez, liquidez, por isso mesmo, de acordo com seu modo de articulação, classificadas como consoantes líquidas. Sócrates defende a posição de que essas palavras devem ter surgido a partir de pessoas que tinham mais aptidão a dar nome às coisas e que elas, possivelmente, seriam influenciadas pela natureza do som.

Ao mesmo tempo, uma mesma palavra pode conter sons que, em princípio, carregam sensações opostas, como é o caso da palavra esclerose, que contém os fonemas /l/ e /k/, esse último uma consoante oclusiva e, por conseguinte, com uma natureza distinta da líquida. A explicação para o caso poderia ser a de que o significado de esclerose resulta de uma relação com um conceito que traz uma ideia tanto de bloqueio quanto de fluidez. E o que é esclerose? É o enrijecimento, em algum ponto do canal, que provoca um bloqueio na fluidez do líquido. Por outro lado, esses nomes, através de processos analógicos, podem dar origem a outros regidos pelas regras próprias do sistema (DINNEEN, 1967).

Com base nessas discussões, podemos concluir que, desde Sócrates, afirma-se que, assim como existem nomes dados arbitrariamente, embora essa arbitrariedade resulte em uma aceitação através de uma convenção, existem outros que mantêm uma relação de analogia com formas já existentes, sendo, assim, aceitos e incorporados à língua. Ou seja, tanto se aceita que determinado objeto seja nomeado porque assim se convencionou, apesar de não existir nenhuma relação natural entre o objeto e o nome a ele atribuído, quanto serão igualmente aceitas todas as formas fixadas por analogia com outra(s) já

presente(s) na língua. Assim, o nome *cadeira*, por exemplo, inicialmente dado ao *ser* da coisa, pode dar origem a outros, por analogia em sua composição ou sentido estendido, seguindo regras de composição intrínsecas ao sistema.

Sócrates, ao trabalhar a noção de arbitrariedade e de convenção, forneceria as bases para uma discussão posterior sobre analogia e anomalia, e arbitrariedade e convenção, essas duas mais tarde retomadas, também, por Saussure em sua caracterização do signo linguístico (DINNEEN, 1967).

Nessa discussão, colocam-se (a) o significante com significado enquanto linguagem (*semainon*), (b) a significação (*semainomenon*) e (c) a coisa significada (*pragma*). Um esquema com base nessas relações é adotado, posteriormente, nos estudos da Semântica, relacionando o *semainon* ao signo, enquanto entidade linguística, a palavra ao *semainomenon*, e o objeto, ao *pragma* (DINNEEN, 1967).

A discussão seguinte volta-se para o estudo da relação entre (a) e (c) numa tentativa de estabelecer se os nomes surgem através de uma relação natural ou através de uma convenção. São pontos comuns: 1) a relação entre o nome e a coisa é necessária; 2) a forma do nome é o significado (a associação que se estabelece entre *senhor* e *patrão*, por exemplo, parte de um signo material, no caso *senhor*, gerando um novo signo através de uma forma dada por um processo associativo: *patrão*); 3) o nome é interpretado como uma definição; 4) as letras (sons) e sílabas podem ser adicionadas, modificadas e retiradas numa palavra, por um processo interno à língua (MARCUSCHI, 1978).

Ao final da discussão, conclui-se que a intenção de Platão, muito mais do que se colocar em favor de uma ou de outra posição, é fazer um questionamento, levantar a discussão, sem, no entanto, decidir-se por nenhuma das duas. Isso se reflete na posição de Sócrates, no diálogo *O Crátilo*, que não chega a se colocar a favor de uma posição única, e defende que os nomes surgem pela natureza porque existem certas pessoas que têm mais facilidade para dar nomes a partir da natureza do objeto, e que esses nomes são aceitos pela sociedade, através de convenção.

Essa discussão leva à outra discussão, também relativa aos nomes: a de analogia e anomalia. A *physei*, naturalista, vai gerar a analogia e o *nomos*, ou convenção, vai dar origem à anomalia. Tudo, na realidade, gira em torno da primeira concepção de linguagem como expressão do pensamento, ou seja, o princípio do *logos*. O *logos* é a afirmação ou negação de alguma coisa. O *logos* é formado por *onoma*, classe do nome, e *rhema*, a ação ou algo que é dito acerca do *onoma*. O *onoma* pode ser a entidade, entidade de *onoma*. O nome é *onoma*, o artigo é caso desse *onoma* (*ptosis*). Então “menina” é *onoma*, “a menina” é caso do *onoma*.

O *rhema*, que está relacionado à categoria verbal, teria também seu *ptosis*, os tempos verbais. Então, *rhema* seria só o tempo presente; os outros tempos seriam casos de *rhema*; e *logos* seria, na realidade, *onoma* + *rhema*.

Esta é a primeira distinção feita no nível sintático da língua. O que se tem hoje em relação a sintagma nominal e sintagma verbal está relacionado, assim, às noções de *onoma* e *rhema*; e o *logos*, a manifestação de um pensamento, proposição, é o que, na gramática, constitui a oração: “Sócrates é homem” (DINNEEN, 1967).

A distinção entre frase nominal e frase verbal equivale à distinção entre *onoma* e *rhema*. Em “a menina”, temos um caso de *onoma*, e “está feliz”, a frase verbal, um caso de *rhema*. O que estiver relacionado com o verbo, o advérbio, por exemplo, seria um caso de *rhema*. A partir dessa distinção, foi elaborada a gramática da língua. Vários estudos são desenvolvidos com base na língua grega, com uma aplicação, depois, à língua latina. Essa gramática chegou até os nossos dias.

A discussão sobre a relação analogia e anomalia é levantada por Aristóteles, que defende a linguagem como resultado de convenção ou acordo, favorecendo a perspectiva da anomalia, em detrimento da analogia. Existem regras que vão atuar inexoravelmente sobre a linguagem e algumas formas vão adquirindo nomes por analogia com outros nomes.

Aristóteles levanta, ainda, em seus estudos sobre a linguagem, uma primeira discussão que já remete à distinção entre fala e escrita, ao distinguir a forma escrita (letra) do som, reconhecendo que

existe o som, existe a letra e existe o nome da letra (DINNEEN, 1967). Nesse momento, ele faz uma distinção entre a fala e a escrita, defendendo que existe a letra, e, portanto, a escrita, e existe o som, o que remete à fala.

Nessa discussão, destaca a imotivação do signo linguístico e defende a convenção. Argumenta pela imotivação, ou seja, pela arbitrariedade do signo. Nessa perspectiva, não há nenhuma relação entre o nome e o objeto e, portanto, o signo não é motivado. Mais adiante, Saussure vai acrescentar a esse conceito o argumento de que existem os signos arbitrários que podem ser parcialmente motivados: dez e nove são, isoladamente, termos arbitrários, mas *dezenove* é um signo parcialmente motivado (SAUSSURE, [1916] 1966).

A concepção de linguagem como expressão do pensamento e as categorias gramaticais definidas pelos estudiosos antigos constituem os primeiros estudos tratando sobre letra, sílaba, nome, e as formas gramaticais do tipo conjunção, verbo, artigo etc. As noções de *onomata* e *rhemata* resultam em uma primeira categorização dos elementos da língua.

Os estudos sistemáticos da linguagem na Grécia antiga, voltados, inicialmente, para os estudos da relação entre pensamento e linguagem, buscavam entender a forma como o homem se coloca e se relaciona com esse mundo, e como o representa pela linguagem. O que se tem com a discussão sobre a correção dos nomes é, enfim, uma discussão em torno da Teoria do Conhecimento, numa concepção de Linguagem como representação do pensamento. Inicialmente uma discussão de natureza filosófica, terminou por fornecer as bases para os estudos linguísticos.

A noção de relação, tal como proposta em Saussure ([1916] 1966), bem como de outros teóricos da linguística moderna, remontam à noção estabelecida em *onomata* e *rhemata*, conceitos baseados no estudo das relações gramaticais. Os conceitos de forma e substância em Saussure ([1916] 1966), e Hjelmslev (1975) também podem ser remetidos a esses primeiros estudos.

Com relação aos nomes, os estoicos, depois de Platão, dão uma contribuição muito grande aos estudos etimológicos. Interessados no estudo dos sons, separam a gramática, a fonética e a etimologia.



Definem conceitos na literatura e distinguem classes de palavras e categorias gramaticais.

Os alexandrinos, por sua vez, desenvolveram suas discussões sobre a linguagem concentrando seu interesse nos estudos da escrita, particularmente da retórica. As diferentes formas de estruturar uma frase, a preferência pela redondilha e a atenção com o acento caindo sempre na última sílaba vieram a constituir uma técnica no ensino da gramática nas escolas.

É com Dionísio de Trácia, no entanto, que surge a primeira gramática da língua grega. Seu conhecimento sistematizado sobre a língua, baseado naquele desenvolvido por Aristóteles e pelos estoicos, levam-no à descrição de uma gramática em função de uma concepção normativa da linguagem. Identifica a gramática como conhecimento, relativamente independente da lógica, até então base de estudo da língua. Separa a sintaxe da morfologia, estuda as categorias gramaticais de nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção, inicialmente identificadas por Aristóteles na identificação do *logos*, de *onoma* e *rhema* e, depois, as partes que compõem cada um deles (DINNEEN, 1967).

A gramática grega foi a primeira a ser apresentada ao mundo ocidental. Os gregos impuseram aos romanos toda uma cultura, toda uma forma de trabalhar a linguagem. A gramática de Dionísio da Trácia foi adaptada ao latim, sendo, posteriormente, a gramática que constituiu o modelo de descrição gramatical das línguas originadas do latim, assumindo suas formas e categorias já inspiradas na gramática do grego.

A primeira gramática latina escrita por um falante nativo, no entanto, foi a de Varrão. Contemporâneo de Dionísio da Trácia, elaborou um estudo detalhado sobre anomalia e analogia. Desenvolve sua gramática abordando questões de morfologia, etimologia e sintaxe (ROBINS, 1976).

Muito embora sejam estudadas as categorias gramaticais da Língua Latina, esses estudos são, na realidade, de natureza filosófica, com especulações e formas para estabelecer regras de acordo com o princípio da filosofia. As grandes contribuições de Varrão, no entanto, foram a distinção entre língua e fala, a derivação, que é um processo

de variação voluntária, e a flexão, que resulta de variações naturais.

Outro gramático latino, Prisciano, é o primeiro a descrever uma gramática para uso escolar. Sua gramática é considerada a mais completa descrição do latim e tem influência até os dias atuais nas gramáticas das línguas latinas. A crítica que se faz a este trabalho é adotar o critério semântico para a discussão da linguagem (DINNEEN, 1967).

Os hindus vão dar uma contribuição posteriormente, embora de grande relevância, na descrição dos sons, promovendo um grande impulso à fonética e à fonologia, particularmente por ser um estudo independente daquele dos gregos. Desenvolvem sua gramática sem conhecimento da gramática grega (DINNEEN, 1967).

Os estudos da antiguidade clássica comprovam a necessidade de um aprofundamento no conhecimento de conceitos e descrição da linguagem desde sua origem. Ali, vão estar presentes os elementos que, mais tarde, deram origem ao que conhecemos hoje como ciência linguística. Podemos dizer que, naquele momento, surgia uma protociência linguística, que, mais tarde, vai fornecer as bases para os estudos do final do séc. XIX, quando as ciências humanas foram desligando-se da filosofia, tornando-se ciências autônomas.

No Sec. XX, a concepção de linguagem como representação do pensamento é retomada e reelaborada na Linguística Moderna por Sapir destacando que a relação que temos com o mundo molda a nossa forma de pensamento, que a forma como eu me relaciono com o mundo exterior influencia o meu modo de ver esse mundo e, conseqüentemente, o meu pensamento. Para ele, nossa relação com o mundo tem um papel na organização da linguagem, na escolha do léxico, entre outros, e na própria organização da nossa vida, da nossa defesa, da nossa sobrevivência (SAPIR, 1971).

## **Conclusão**

Não há como negar, também, que a linguagem é a primeira e a mais poderosa arma que nós temos para impressionar o outro, e que o homem é, essencialmente, fala. A língua surgiu a partir da fala. Falamos mais do que escrevemos, o que resulta numa prevalência da fala

sobre a escrita. Ao nascermos, começamos a interagir com os nossos pais através do uso de sons e, só mais tarde, desenvolvemos a escrita. A escrita constitui, pois, uma das modalidades da língua, com um sistema próprio de símbolos e sinais. Obviamente, do mesmo jeito que a criança observa os outros falando e desenvolve a sua oralidade, aplicando adequadamente as regras da língua falada, mais tarde ela desenvolve o sistema de escrita. A criança aprende, na escola, como usá-lo. Ela percebe, também, que existem regras e que não existe só uma forma de falar, existem várias formas de falar, que a sua forma de falar é desse ou daquele tipo, que existe uma forma que é a padrão, e que existem outros usos dessa mesma língua. Dentro de uma variação, dentro de um *continuum*, ela vai percebendo também que há um caminho que vai da fala à escrita. Vai identificando a escrita com uma situação de formalidade no uso mais estrito da língua, e que essa forma vai modificando-se à medida que se aproxima da fala.

É esse conhecimento do sistema e seus usos que caracteriza o homem como um ser falante e que o vai distinguir do animal. E ser falante não é apenas emitir som, mas fazê-lo de forma organizada, sistemática, com base em um código particular, identificando suas situações de uso, os sujeitos envolvidos, sabendo que tipo de texto está apropriado em cada situação. A língua é isso! A preocupação central no estudo da língua nada mais é do que a preocupação com o conhecimento das diferentes formas de usos da língua.

Na concepção atual, a Linguagem como forma de interação, o objetivo particular de investigação é não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. No entanto, foi necessário que tivéssemos esse conhecimento anterior, que percorrêssemos os caminhos que nos conduziram até os dias atuais, para que evitássemos a repetição de erros do passado e pudéssemos apontar novos caminhos para o futuro.

## Nota

- \* Doutora em Psicolinguística – University of Reading-UK, Pós-Doutorado em Birmingham-UK, Professora-adjunta da Unicap.

## Referências

- DINNEEN, F.P. **An Introduction to General Linguistics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.
- HJELMSLEV, L.T. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. Rio de Janeiro Ed. Perspectiva. 1975.
- MARCUSCHI, L.A. **Filosofia da Linguagem**. Anotações de aula. Universidade Federal de Pernambuco, 1978.
- ROBINS, R. H. **A Short History of Linguistics**. London: Longmans, 1976.
- SAPIR, E. **A Linguagem: introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: Ed. Acadêmica, 1971.
- SAUSSURE, F. **Course in general Linguistics**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1966 [1916-1959].